

Nota Justificativa

Promoção, sensibilização e divulgação dos tratados de Direitos Humanos e Convenções da OIT

Tenho sempre seguido, com grande preocupação, a apresentação dos relatórios dos Direitos Humanos e dos Direitos Internacionais dos Trabalhadores perante as diversas entidades internacionais responsáveis da ONU e da OIT e das conclusões e recomendações formuladas. Os resultados não demonstram melhoras significativas. Aquelas entidades internacionais prestam cada vez mais atenção à RAEM nestas questões e são cada vez mais duras na apreciação que fazem, sendo que, tem havido situações de muito clara actuação contra os tratados dos Direitos Humanos e os tratados da OIT.

Também parece claro que as entidades internacionais há muito tempo que não acreditam nas promessas sem cumprimento da RAEM. Por exemplo, quantas vezes foram chumbados neste hemiciclo os projectos de lei sindical? E acabar com a discriminação das mulheres no tocante à licença de maternidade? E o que é que fez efectivamente sobre isto tudo? Que se saiba, nada ou quase nada. Contra factos não há argumentos.

Uma das soluções que merece maior apoio vem no antes dos problemas: Achamos que é preciso que a população de Macau, gente que aqui mora e trabalha, tenha um melhor conhecimento dos seus direitos humanos e das leis internacionais que estão vigentes em Macau, principalmente a juventude que nas escolas não são na sua maioria ministrados estes temas.

Com isto, é preferível actuar pela antecipação e não pela repressão ou mera crítica. Mais vale prevenir do que remediar. Uma população principalmente os jovens que sejam mais informados e sabedores dos seus direitos faz com que estes direitos sejam mais respeitados e menos violados. Menos violações fazem com que se viva melhor em Macau e faz com que as entidades internacionais olhem para Macau com melhores olhos o que faz com que se respeita mais Macau e mais se queira visitar e investir na RAEM.

É isto que pretendo com este simples projecto de lei. Muito simples, mas significa uma ampla política da RAEM e de todos nós.

Espero sinceramente que esta lei seja aprovada pelos meus colegas no Plenário. Macau e os cidadãos muito agradecem.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de
Macau aos 12 de Abril de 2017.**



José Pereira Coutinho